

O mundo comenta a declaração dos quatro

A Venezuela explica por que não assinou o documento, o Peru propõe uma reunião especial, os banqueiros europeus gostaram...

NA EUROPA

O documento, bem recebido pelos banqueiros.

O governo da Venezuela informou ontem oficialmente que "por questões de urgência, alheias a nosso país", não pôde subscrever a declaração conjunta firmada pelos presidentes do Brasil, da Argentina, da Colômbia e do México acerca do problema da dívida externa mas que "compartilha das considerações básicas" contidas no documento.

Já o governo do Peru pediu ontem uma reunião especial da Organização dos Estados Americanos para propor a elaboração de um plano de emergência de reativação econômica e social para a América Latina e as Caraíbas. A reunião extraordinária já foi convocada para amanhã pelo presidente do Conselho Político da OEA, o embaixador colombiano Posada da Pena.

Ao mesmo tempo, fontes do Ministério da Economia da Argentina informavam que os chanceleres e ministros da Economia desse país, do Brasil, da Colômbia e do México se reunirão em Bogotá, em data a ser ainda fixada, para instrumentalizar a declaração conjunta sobre a dívida externa subscrita sábado.

No comunicado emitido pelo Palácio de Miraflores, o presidente Jaime Lusinchi (foto) afirma que, "com relação à declaração conjunta de Argentina, Brasil, Colômbia, México sobre política financeira e comercial internacional, emitida a 19 de outubro, o governo nacional reitera que a Venezuela compartilha das considerações básicas contidas em dita declaração conjunta".

Acrecenta que, "não obstante, o presidente da República, a quem indeligavelmente compete a direção da política exterior, estimou oportunamente e convenientemente incorporar à dita declaração o seguinte parágrafo:

— Ao formular a presente declaração, que conta com o respaldo nacional de nosso povo, reafirmamos a vontade de manter estreita vigilância ao processo que denunciamos, para os fins de ajustar critérios e de formular políticas em função da receptividade de que encontre nosso chamado e da evolução do sistema de relações políticas-econômicas entre os países devedores e credores.

O comunicado presidencial acrescenta que "isso supõe que a Venezuela não exclui a possibilidade de comparecer a uma reunião que possa definir iniciativas e vias de ação adequadas ao encontro de soluções satisfatórias", e que "para a Venezuela se tratou de um problema de instâncias de tempo e das necessárias reflexões que tais decisões magnificas supõem". Destaca:

— O governo nacional assinala que por razões da urgência, alheias a nosso país, não foi possível que fosse considerada nossa proposta, a qual foi formulada com o mesmo espírito de entendimento e solidariedade que tem caracterizado a atuação internacional da Venezuela, relativamente à promoção da reestruturação das relações econômicas internacionais entre os países industrializados e os países em desenvolvimento.

Antes de ser emitido o comunicado, o presidente do partido do governo, Ação Democrática, Gonzalo Barrios, expressara sua surpresa e preocupação ante o fato de a Venezuela não haver firmado a declaração conjunta dos quatro países. O ex-presidente Carlos Andrés Pérez disse sentir-se desconcertado ao interir-se se o documento do grupo de chefes de Estado latino-americanos não incluía a assinatura de Jaime Lusinchi.

Em Bogotá, o setor privado apoiou a proposta conjunta de Brasil, Argentina, Colômbia e México frente à alta das taxas de juros dos bancos norte-americanos. Pouco antes de embarcar para os Estados Unidos, o ministro colombiano das Relações Exteriores, Rodrigo Illoreda Caicedo, disse que a América Latina não pode permanecer passiva ante os reajustes nas taxas de juros.

No México, a maioria dos partidos da oposição expressaram seu apoio ao governo para que siga adiante na formação de uma frente comum latino-americana que renegocie a dívida externa e enfrente os riscos que significam as altas das taxas de juros.

Em Lima, políticos peruanos de diversos partidos expressaram seu apoio à iniciativa dos presidentes do Brasil, Argentina, Colômbia e México.

Em Havana, os meios oficiais cubanos receberam com compreensão a declaração dos presidentes brasileiro, argentino, colombiano e mexicano, porém ainda não havia reação oficial.

Em Santiago, o governo militar chileno manteve silêncio em face da proposta conjunta latino-americana destinada a discutir um plano comum para enfrentar o pagamento da crescente dívida externa.

Em Paris, o diário Le Monde afirmou em editorial que o apego dos quatro presidentes latino-americanos em prol de melhores condições para o pagamento da dívida externa "constitui talvez a última oportunidade de discussão antes da constituição de uma frente de devedores".

Já em Londres, o comunicado conjunto Brasil-Argentina-Colômbia-México alarmou o mercado de capitais.

Argentina: os lucros ficam.

O governo argentino suspendeu ontem o direito dos investidores estrangeiros de transferir seus lucros e repatriar os investimentos. A medida foi decretada para "preservar o nível de reservas do país e enfrentar as dificuldades que representam o pagamento da dívida externa", justificou uma autoridade da área financeira do governo de Raúl Alfonsín.

Segundo a decisão do governo, os investidores terão o direito de receber o equivalente às somas representadas pelos lucros, em títulos da dívida pública externa, denominados Bônus Externos da República Argentina (Bonex) e enviá-los ao exterior.

Os Bonex, que têm seu valor fixado em dólares, são vendidos nas casas de câmbio e bancos desde 1981 e rendem juros ligeiramente superiores à taxa da Libor (taxa internacional europeia).

Sua cotação ontem foi de 47,50 pesos por dólar, comparada com o câmbio oficial do dólar que é de 41,59. Os portadores de Bonex que desejam trocá-los no exterior por dólares receberam ontem 72,55% do valor nominal em dólares.

Os autores da medida da suspensão de remessa de lucros disseram que essa vai persistir, enquanto continuarem as dificuldades para o pagamento da dívida externa".

NOS EUA

O documento, um produto de políticos.

— Estamo-nos aproximando rapidamente de um confronto entre bancos comerciais europeus e norte-americanos.

Essa é a opinião de um importante banqueiro francês quando indagado sobre "o grito de alarme" lançado pelos quatro presidentes latino-americanos — de México, Brasil, Colômbia e Argentina — exigindo medidas concretas para promover mudanças substanciais na política financeira e comercial internacional que possibilitem uma efectiva diminuição do peso da dívida externa e o restabelecimento dos fluxos financeiros em direção dos países em desenvolvimento.

As divergências entre europeus e norte-americanos já haviam sido evidenciadas na semana passada, quando da reunião dos ministros de Economia e Finanças da OCDE, razão pela qual a iniciativa dos chefes de Estado da América Latina está sendo bem recebida pelos banqueiros europeus, principalmente alemães, suíços e franceses.

Na área do governo francês afirma-se que tal atitude está de acordo com a posição que vem sendo defendida pelo ministro Jacques Delors. Isso porque seus esforços para estancar o endividamento francês também têm sido parcialmente neutralizados pela constante elevação das taxas de juros.

A França tem sido duplamente atingida. De um lado, a elevação das taxas de juros aumenta o peso da sua dívida e anula, em parte, os esforços para restabelecer o equilíbrio dos principais índices econômicos. Do outro, dificulta o reembolso dos créditos concedidos aos países em desenvolvimento.

Por sua vez, um banqueiro alemão chamou a atenção para dois aspectos distintos na declaração dos presidentes latino-americanos. Ao primeiro, político, deu pouca importância, afirmando que já não leva muito a sério os políticos alemães, não havendo razão para temer os latino-americanos, cujo objetivo principal diz respeito à política interna de seus respectivos países. Ele não acredita na formação de um cartel de devedores. Quanto ao aspecto técnico, disse estar inteiramente de acordo com os presidentes, convencido de que as elevadas taxas de juros prejudicam o cumprimento dos compromissos assumidos com a comunidade financeira:

— Não há aumento de exportação que agüente tal elevação.

A mesma fonte mostra-se pessimista quanto a uma rápida solução para o problema de dívida à intransigência norte-americana, acreditando que a chave de tudo está em Washington.

Ora, na semana passada, toda possibilidade de modificações no calendário de reescalonamento das dívidas dos países em desenvolvimento foi descartada pelos norte-americanos. O presidente Ronald Reagan, em Washington, e o secretário do Tesouro,

Antes de ser emitido o comunicado, o presidente do partido do governo, Ação Democrática, Gonzalo Barrios, expressara sua surpresa e preocupação ante o fato de a Venezuela não haver firmado a declaração conjunta dos quatro países. O ex-presidente Carlos Andrés Pérez disse sentir-se desconcertado ao interir-se se o documento do grupo de chefes de Estado latino-americanos não incluía a assinatura de Jaime Lusinchi.

Em Bogotá, o setor privado apoiou a proposta conjunta de Brasil, Argentina, Colômbia e México frente à alta das taxas de juros dos bancos norte-americanos. Pouco antes de embarcar para os Estados Unidos, o ministro colombiano das Relações Exteriores, Rodrigo Illoreda Caicedo, disse que a América Latina não pode permanecer passiva ante os reajustes nas taxas de juros.

No México, a maioria dos partidos da oposição expressaram seu apoio ao governo para que siga adiante na formação de uma frente comum latino-americana que renegocie a dívida externa e enfrente os riscos que significam as altas das taxas de juros.

Em Lima, políticos peruanos de diversos partidos expressaram seu apoio à iniciativa dos presidentes do Brasil, Argentina, Colômbia e México.

Em Havana, os meios oficiais cubanos receberam com compreensão a declaração dos presidentes brasileiro, argentino, colombiano e mexicano, porém ainda não havia reação oficial.

Em Santiago, o governo militar chileno manteve silêncio em face da proposta conjunta latino-americana destinada a discutir um plano comum para enfrentar o pagamento da crescente dívida externa.

Em Paris, o diário Le Monde afirmou em editorial que o apego dos quatro presidentes latino-americanos em prol de melhores condições para o pagamento da dívida externa "constitui talvez a última oportunidade de discussão antes da constituição de uma frente de devedores".

Já em Londres, o comunicado conjunto Brasil-Argentina-Colômbia-México alarmou o mercado de capitais.

NA ARGENTINA

Não é um clube, é uma estratégia.

— Não, nós não estamos formando um clube de devedores, mas apenas procurando uma estratégia comum, para obter a melhor forma de cumprir nossas obrigações — explicava ontem, ao Jornal da Tarde, um alto funcionário da chancelaria argentina. Era bem evidente, no entanto, a existência de um pudor, quase uma vergonha, em aceitar que o fato de que a convocação assinada por quatro presidentes latino-americanos representa, efetivamente, a criação de um "clube de devedores", tal como vem sendo chamado.

Funcionários de bancos internacionais que operam em Buenos Aires falam de maneira mais clara: "Certamente que se trata de uma politização da dívida externa, e mais além da semântica se constitui em um clube de devedores" — comentava, por exemplo, em uma roda de amigos, um funcionário do Chase Manhattan Bank.

Nos meios bancários recordava-se a promessa verbal do ministro da Economia, Bernardo Grinspun, feita em Punta Del Este, que deixava de lado qualquer intenção de formar um clube de devedores.

"Não é o momento de se recordar promessas feitas sob outro contexto, quando nem mesmo os bancos privados insinuavam que dentro de mais alguns dias elevaria os interesses financeiros" — afirmou, de sua parte, um funcionário do Banco Central.

O tradicional jornal La Nación, em um

longo editorial, relacionou o aumento dos interesses com o conflito Leste-Oeste, e à pressão soviética sobre a administração Reagan. A julgar como correta a tese do jornal, também os credores haviam politizado suas funções financeiras.

Jorge Romero, secretário dos Negócios Econômicos Internacionais e um dos principais articuladores da política exterior argentina, confessou: "Esta semana os telefones têm estado funcionando muito entre nossos países". Como se recorda, o chanceler Caputo, juntamente com Romero e outros funcionários, visitaram Brasília na semana passada. "O presidente Figueiredo referiu-se à elevação dos interesses em grossos termos da linguagem popular" — comentou um dos funcionários que esteve com ele.

Segundo outras fontes, a estratégia a seguir inclui uma reunião em Bogotá, na Colômbia, marcada para o dia 11 de junho, entre chanceleres e ministros de Economia.

O presidente Alfonso, de sua parte, tem dado prioridade ao tema da dívida externa, e, no começo do diálogo político iniciado ontem com María Estela Martinez de Perón, esta preocupação ocupou uma parte considerável das conversações. Por fim, fontes ligadas à chancelaria argentina acreditam que a posição da Venezuela, não assinando o documento presidencial, não é definitiva.

Hugo Martínez, de Buenos Aires.

Embaixador da Costa Rica: relações podem mudar.

A "união latino-americana" contra a alta taxa de juros cobrada pelos bancos internacionais deverá "mudar definitivamente" as relações entre os países devedores e seus credores. Esta é a opinião de Rodrigo Carreiras Jimenez, embaixador da Costa Rica no Brasil, que esteve ontem com o governador gaúcho Jair Soares durante uma visita extra-oficial ao Rio Grande do Sul. Rodrigo Jimenez não afastou a possibilidade de que a Costa Rica integre o grupo dos países devedores, assim que ele se tornar, mas lembrou que a adesão depende mais dos "grandes desse clube", como o Brasil, do que de seu próprio país.

A posição conjunta do Brasil, Argentina, México e Colômbia em relação à questão dos juros poderá proporcionar diversas alterações na atual política dos credores ou, "pelo menos, acabará por diminuir as atuais altas taxas e juros cobrados". Isso seria muito bem-visto pelos costarriquenhos, lembrou Jimenez, porque tendo recorrido ao Fundo Monetário Internacional desde 1978, a Costa Rica tem uma dívida externa de US\$ 4 bilhões para um país cuja população é de dois milhões de habitantes. A elevação das taxas de juros, na opinião do embaixador, levou seu país a uma "situação de mora absoluta". Durante um ano e meio os juros

da dívida não foram pagos e, "quando já estávamos numa situação de delinqüentes internacionais, criamos o Ministério da Dívida Externa, cuja tarefa principal era a de averiguar o total da dívida, meta que foi alcançada ao final de um ano", informou.

Para Jimenez, somente agora a Costa Rica está começando a apresentar sinais de recuperação, e no próximo mês irá ao Clube de Paris discutir a renegociação, "com os pés mais firmes". Já os usos cinco milhões de dólares devidos ao Brasil serão objeto de reuniões entre o gerente do Banco Central da Costa Rica, Olivier Castro, e altas autoridades monetárias daquele país com o governo brasileiro a partir desta quinta-feira.

Na visão do embaixador, ao contrário da

Costa Rica que há seis anos vem-se debatendo

com os problemas causados pela necessidade de pagar sua dívida externa, a estrutura econômica financeira do Brasil fará com que a Nação consiga sair da crise em que se encontra. "Aqui, os empresários têm muita visão", observou, lembrando que no país que representa, apenas no último ano foram detectados sinais de reaquecimento da economia, com a realização de investimentos de capital nacional e estrangeiro sendo mais evidentes.

Ao longo da história, os países devedores

costarriquenhos sempre conseguiram

negociar condições mais favoráveis

que os países credores.

Os autores da medida da suspensão de remessa de lucros disseram que essa vai persistir, enquanto continuarem as dificuldades para o pagamento da dívida externa".

— Estamo-nos aproximando rapidamente de um confronto entre bancos comerciais europeus e norte-americanos.

Essa é a opinião de um importante banqueiro francês quando indagado sobre "o grito de alarme" lançado pelos quatro presidentes latino-americanos — de México, Brasil, Colômbia e Argentina — exigindo medidas concretas para promover mudanças substanciais na política financeira e comercial internacional que possibilitem uma efectiva diminuição do peso da dívida externa e o restabelecimento dos fluxos financeiros em direção dos países em desenvolvimento.

As divergências entre europeus e norte-americanos já haviam sido evidenciadas na semana passada, quando da reunião dos ministros de Economia e Finanças da OCDE, razão pela qual a iniciativa dos chefes de Estado da América Latina está sendo bem recebida pelos banqueiros europeus, principalmente alemães, suíços e franceses.

Na área do governo francês afirma-se que tal atitude está de acordo com a posição que vem sendo defendida pelo ministro Jacques Delors. Isso porque seus esforços para estancar o endividamento francês também têm sido parcialmente neutralizados pela constante elevação das taxas de juros.

Em Paris os analistas afirmam que a declaração não indica a existência de uma estratégia comum dos países mais endividados e sequer o desejo de declarar guerra ao sistema financeiro internacional, mas uma coisa é tida como certa: "A impossibilidade de pagar nas condições atuais". Diante disso, esse apelo dos chefes de Estado do continente latino-americano, "moderados e razoáveis", talvez seja a última oportunidade de um debate construtivo antes da constituição de uma frente de devedores. Desta vez parece tratar-se de uma ameaça real de cessação de pagamentos.

Continental Illinois

Mais do que as greves no Brasil, as rebeliões na Tunísia e no Marrocos ou as drásticas restrições no México, o recente caso do Continental Illinois National Bank parece ter sido o principal acontecimento que alertou os países industrializados para a gravidade da situação financeira internacional e a possibilidade de um crash financeiro. Ao que se assistiu na reunião da OCDE, da semana passada em Paris, ilustra bem a situação provocada pela evolução do caso do banco norte-americano. Paralelamente, cita-se a fórmula utilizada por um ministro mexicano para definir a situação dos países mais endividados:

— Apertar-se aos povos que já não têm tanto aperto mais dois ou três furos.

Hoje, alguns banqueiros já não têm mais ilusões de que algumas dessas dívidas já serão reembolsadas, razão pela qual o melhor caminho a seguir será o de limitar ou organizar os prejuízos. Ontem, um diretor de um banco francês, fazendo questão de manter seu anonimato, confessava em Paris:

— Essa crise de endividamento internacional vai nos custar muito caro. Nós estamos melhor protegidos contra a explosão de uma bomba atómica do que contra essa crise financeira.

A mesma fonte está convicida de que os cidadãos dos países ricos não escaparão ao pagamento de uma espécie de imposto internacional, cuja forma ninguém ainda conhece.

— Não há aumento de exportação que agüente tal elevação.

A mesma fonte mostra-se pessimista quanto a uma rápida solução para o problema de dívida à intransigência norte-americana, acreditando que a chave de tudo está em Washington.

Ora, na semana passada, toda possibilidade de modificações no calendário de reescalonamento das dívidas dos países em desenvolvimento foi descartada pelos norte-americanos. O presidente Ronald Reagan, em Washington, e o secretário do Tesouro,

Antes de ser emitido o comunicado, o presidente do partido do governo, Ação Democrática, Gonzalo Barrios, expressara sua surpresa e preocupação ante o fato de a Venezuela não haver firmado a declaração conjunta dos quatro países. O ex-presidente Carlos Andrés Pérez disse sentir-se desconcertado ao interir-se se o documento do grupo de chefes de Estado latino-americanos não incluía a assinatura de Jaime Lusinchi.